

# Vale preservar a Vale

Osiris Lopes Filho

Há algum tempo, presenciei um acontecimento, que me serviu para aprender a evitar julgamentos antecipados e procurar eliminar idéias preconcebidas.

Era uma dessas recepções típicas de Brasília, com muita gente do mundo oficial. Como sempre ocorre, quando o dono da casa tem uma boa adega e é generoso com as visitas, o úsque havia escorrido sem torneiras. Fazia ambiente de descontração.

De uma roda de conversa animada, que se desenvolvia perto de mim, ouvi uma afirmação enfática, que contrastava com a voz fina de quem a fazia: dar é fácil, não dar é que é difícil.

E a voz repetia — dar é fácil, o difícil é não dar. Quem falava, assim, tão incisivo, era um ministro de Estado. Devo reconhecer que tive um pensamento menor, malicioso, que me levou a integrar-me no grupo. Pensei que ia presenciar uma confissão das tendências sexuais heterodoxas de uma figura importante do mundo oficial.

Aí ocorreu uma reversão de expectativa. O ministro desenvolveu a tese de que ser bonzinho com o capital estrangeiro, com as multina-

cionais, dar prevalência ao interesse dos países do Primeiro Mundo, em detrimento do nacional, tornava a vida do político muito mais fácil. Boa cobertura da imprensa, elogios, medalhas, consagração de estadista, reconhecimento como cidadão do mundo. O difícil, dizia ele, era resistir às pressões, procurar realizar uma política de interesse nacional, de afirmação do país e de proteção às riquezas nacionais, que assegurasse efetividade de concreção as nossas potencialidades. Colocar o Brasil como sujeito da história, tirá-lo da posição de mero objeto, joguete das articulações internacionais.

É uma lição para os dias atuais. O presidente FHC tem sido aplaudido e consagrado nas suas constantes viagens aos países do Primeiro Mundo. Platéias selecionadas — funcionários governamentais, homens de negócios, acadêmicos — ouvem com sincero encantamento um presidente de país do Terceiro Mundo, culto e versátil, pois lhes fala, escorreitamente, na língua local, articulada com a linguagem que atende aos seus interesses, acenando com um novo Eldorado, não o Eldorado dos Carajás, que esse é objeto das manifestações de protes-

tos nas ruas, mas o Eldorado paradisíaco para investimentos e especulações estrangeiras.

Todo presidente da República tem a esperança de entrar na história como um estadista. Juscelino e Getúlio chegaram lá. Ambos conseguiram, à sua maneira, dar à história de sua época o traço marcante da sua personalidade e da sua capacidade de realização. Foram tempos de otimismo nacional e de mudanças efetivas no país, no ponto de vista do bem estar do povo e do desenvolvimento nacional. Mobilizou-se a sociedade e havia não apenas a esperança, mas a convicção que dias melhores para todos estavam sendo construídos.

Agora, a despeito da estabilidade do real, nota-se que um sentimento de depressão e frustração vai tomando conta do país. Não há desenvolvimento ou bem-estar em clima pessimista.

É hora de se restabelecer o otimismo. Isso só pode ser feito se o cidadão sentir que se cuida efetivamente de melhoria do seu padrão de vida. O governo federal deve buscar, antes do aplauso dos governos e homens de negócios estrangeiros e dos banqueiros, o apoio e a

colaboração do povo brasileiro.

O sinal alvissareiro não é o aplauso, mesmo o nacional. É o de se restabelecer o otimismo do povo. Para isso, há que se conseguir recriar a crença no nosso futuro e no nosso projeto como nacionalidade.

Há uma oportunidade para reverter a situação. Ela está a caminho do Palácio do Planalto. É melhor que ela chegue pela porta da frente, e não pelos fundos e subterrâneos.

É a questão da privatização da Vale do Rio Doce. Entregar aos estrangeiros essa empresa, que é a maior mineradora do mundo, a maior transportadora de minérios, altamente lucrativa, dotada de quadros técnicos excelentes, muito bem administrada, imune a influências políticas e fisiológicas e que protege os recursos nossos minerais, é trair os interesses nacionais.

É preciso lembrar, a quem deseja ser reconhecido como estadista, que a história pátria condenará os que não souberam preservar e desenvolver o patrimônio nacional.

■ Osiris de Azevedo Lopes Filho, advogado, é professor de Direito Tributário da Universidade de Brasília

CB/96 Pg 47  
6/6/96